

América Latina

A surpreendente vigência do peronismo

Andrés Malamud

Desde 1946 que a política argentina está dividida em dois campos. De um lado, o peronismo, do outro, o resto. A clivagem peronismo-antiperonismo não é económica, mas sócio-cultural, se bem que os dois campos atravessem transversalmente a sociedade argentina, constituindo coligações mais de natureza populista do que classista.

Muitos esperavam presenciar um desenvolvimento similar ao ocorrido no Peru e na Venezuela durante a década de 90, quando crises político-económicas graves despedaçaram os partidos tradicionais e levaram ao poder novas lideranças, populistas e anti-institucionais. No entanto, as eleições presidenciais de 27 de Abril contradizem esse prognóstico: os três candidatos do mais típico dos partidos nacionais, o peronismo, alcançaram mais de 60% dos votos. A segunda volta está programada para 18 de Maio, quando os dois candidatos mais votados disputarão a chefia do governo.

A Argentina eleitoral

Desde 1946 que a política argentina está dividida em dois campos. De um lado, o peronismo; do outro, o resto. O campo peronista expressou-se tradicionalmente através do Partido Justicialista, a sua ferramenta eleitoral. O campo não peronista nunca teve um único representante, tendo sido liderado pela Unión Cívica Radical – que, apesar do nome, combina valores liberais e social-democratas moderados. A divisão tradicional entre esquerda e direita não tem muito impacto na Argentina.

Mais de metade da opinião pública é incapaz de se localizar, ou de localizar os partidos, nesse espectro ideológico. A clivagem peronismo-antiperonismo não é económica, mas

sócio-cultural, se bem que os dois campos atravessassem transversalmente a sociedade argentina, constituindo coligações mais de natureza populista do que classista.

A soma dos votos peronistas e radicais situava-se habitualmente entre os 70% e os 90%, nas últimas duas décadas; a partir de 1983, a presidência foi alternadamente dos dois partidos. Nas eleições intercalares de 2001, no entanto, houve um forte movimento de contestação à liderança política que, com o slogan “voto bronca”, alimentou, de forma inacreditável, o abstencionismo e o voto nulo. Os dois partidos tradicionais viram o seu eleitorado decrescer, mas enquanto o peronismo manteve uma percentagem total superior a 40% dos votos, o radicalismo caiu para menos de 20%. O espantoso é que, perante a crise dos dois grandes partidos, não tenha surgido uma terceira força em condições de ocupar o espaço vazio.

Na primeira volta eleitoral, a 27 de Abril, candidataram-se dezanove listas presidenciais (presidente e vice-presidente). O peronismo, incapaz de resolver os seus conflitos internos, concorreu com três candidatos. O radicalismo, muito mais rígido, expulsou os dissidentes internos e apresentou uma lista partidária pura, enquanto dois ex-radicais se apresentaram encabeçando listas de partidos criados para promover as suas candidaturas.

Entre as cinco listas mais votadas, que alcançaram entre 14% e 24% cada uma, situam-se os três binómios em que se dividiu temporalmente o peronismo, mais os dois binómios cindidos do radicalismo. A lista oficial deste partido obteve o sexto lugar, com menos de 3% dos votos; seguiram-se os restantes treze candidatos, confirmando a insignificância eleitoral das forças de esquerda e de direita. Dos três candidatos peronistas, dois já foram presidentes (Menem e Rodriguez Saá) e o terceiro, Kirchner, representa o actual presidente interino: sintetizando, nada de novo. Os dois candidatos provenientes do radicalismo, López Murphy e Lilita Carrió, nunca pertenceram à corrente principal do seu partido, se bem que o primeiro tenha sido ministro de De la Rúa e a segunda seja deputada há mais de uma década: neste sector, as novidades também não abundam.

A novidade, se existe, não está dentro de um dos campos políticos mas sim na interacção entre os dois; na segunda volta, o eleitorado que não é peronista fica sem opções. O sistema de duas voltas transforma-se assim numa grande primária do peronismo, com a particularidade de ocorrer depois – e não antes – das eleições. Ao contrário do Peru e da Venezuela, a crise não pulverizou todo o sistema político, mas somente um dos seus actores, magnificando a representação do sobrevivente.

A Argentina institucional

O próximo presidente argentino deverá tirar o país do labirinto da sua crise mais profunda. Mas não só enfrentará problemas tremendos, como a dívida externa, a pobreza extrema e a reconstrução da economia, como terá que lidar com uma estrutura institucional em que a sua posição se assemelha mais à de um refém do que à de um líder – isto, devido a duas características do sistema político: o presidencialismo e o federalismo.

O presidencialismo, que supõe a eleição (e um mandato) independente do chefe de governo e do parlamento, implica que o presidente possa não ter maioria no congresso. Em condições de estabilidade democrática, tal pode levar a bloqueios mútuos e à paralisia do governo; mas se o regime não estiver consolidado, a consequência poderá ser ainda pior: a ruptura. Para diminuir a possibilidade de ‘governo dividido’ (presidente de um partido e maioria legislativa de outro), as eleições presidenciais podem coincidir com as legislativas (ou, pelo menos, de uma parte dos lugares do congresso). Neste caso, tal não aconteceu. O risco é que as medidas do novo presidente sejam bloqueadas por um congresso que reflecte alinhamentos anteriores ao colapso institucional de 2001. A unidade do peronismo a seguir à eleição será uma condição necessária, mas não é suficiente para garantir a governabilidade.

O federalismo argentino, por seu lado, tem-se manifestado historicamente disfuncional, pois a sua configuração particular incentiva a irresponsabilidade fiscal dos governadores. Deste modo, os presidentes débeis (sem maioria clara no congresso) acabam cativos dos governadores que, para financiar o seu desvario chantageiam o poder central, através do controle que exercem sobre os legisladores nacionais das suas províncias. Se é certo que a sobre-representação do peronismo no Senado prejudicou sobretudo os presidentes radicais, o futuro governo peronista estará numa situação de debilidade que dificultará o confronto com os poderosos governadores.

Às dificuldades institucionais soma-se a crescente fragmentação política, com lideranças pouco consolidadas, crises por resolver e uma constante inquietude popular. Os desafios urgentes incluem a renegociação da dívida externa, a recuperação do crédito, o combate ao desemprego, a assistência alimentar de emergência e uma muito adiada reforma política, que contribua para modificar os actuais incentivos institucionais ao bloqueio e não à cooperação. Se é difícil a um só partido enfrentar com êxito semelhante tarefa, muito mais o será a um fragmento de partido.

Jorge Luis Borges, o mais destacado escritor argentino de sempre, costumava dizer que o peronismo não era bom nem mau, era incorrigível. Se assim é, conviria à Argentina ser capaz de prescindir de governo e parecer-se com a Itália descrita por Mussolini, que afirmava que governar o país não era fácil nem difícil, era inútil, numa irónica referência à instabilidade crónica do seu país, enraizada na desordem e na anarquia que se costuma atribuir aos seus compatriotas.

Análises recentes, no entanto, apuraram que tanto a desconfiança dos italianos perante os seus governantes como a ineficiência do Estado são compensados por um capital social, um conjunto de redes de confiança e reciprocidade que permite a uma sociedade funcionar com escassa intervenção estatal – ou “apesar do Estado”. O dilema argentino é que só o peronismo parece garantir a governabilidade, mas a sua natureza rejeita a institucionalidade. E, sem instituições sólidas, a governabilidade acaba por ser efémera.